



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

CURSO DE LICENCIATURA EM PSICOLOGIA ESCOLAR E DE NECESSIDADES
EDUCATIVAS ESPECIAIS

MONOGRAFIA

**O Papel Da Família No Processo De Inclusão De Crianças Com Síndrome De Down No
Ensino Primário, Bairro Ferroviário**

Tatiana Laura Zulu Magaia

Maputo, Agosto de 2023

**O Papel Da Família No Processo De Inclusão De Crianças Com Síndrome De Down No
Ensino Primário, Bairro Ferroviário**

Monografia a ser apresentada ao Departamento de Psicologia como um dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Psicologia Escolar e de Necessidades Educativas Especiais.

Tatiana Laura Zulu Magaia

Supervisor: Doutor Bento Saloio Daniel Mazuze

Maputo, Agosto de 2023

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Esta monografia foi julgada suficiente, como um dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciada em Psicologia Escolar e de Necessidades Educativas Especiais e aprovada na sua forma final pelo Curso de Licenciatura em Psicologia Escolar e de Necessidades Educativas Especiais, Departamento de Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane.

O Director do curso

Júri de Avaliação

O Presidente do júri

O Arguente

O Supervisor

AGRADECIMENTOS

Este espaço nunca será suficiente para agradecer a todos que caminharam ao meu lado durante este processo e que com uma palavra amiga e um gesto motivador contribuíram para que eu reunisse forças para prosseguir e chegar até este momento tão importante da minha vida académica e pessoal.

O meu especial agradecimento ao Deus de Abraão, Isaac e Jacó, pelo dom da vida, por ser minha fonte de fé, esperança e perseverança mesmo nos momentos mais turbulentos.

Agradeço ao meu supervisor Doutor Bento Saloio Daniel Mazuze, pelas orientações quase terapêuticas, exigência, rigor, ensinamentos valiosos, por me ajudar no percurso e conclusão deste objectivo, os meus sinceros agradecimentos e tenha a certeza de que sempre será um modelo de profissionalismo a seguir.

Aos encarregados de educação das crianças do Bairro ferroviário pela disponibilidade, colaboração e acolhimento, durante o processo de recolha de dados.

À toda minha família, especialmente aos meus pais e irmãos pelo apoio e amor incondicional durante a árdua jornada de formação. Apesar das dificuldades, nunca mediram esforços para eu alcançar este objectivo.

Ao meu irmão Emmanuel, minha maior inspiração e motivação para o curso de Psicologia, em meio de tanta concentração e desgaste, sempre me proporcionou momentos descontraídos.

À Faculdade de Educação, aos docentes, colegas do curso de Licenciatura em Psicologia Escolar e de Necessidades Educativas Especiais, e a todos que, directa ou indirectamente, fizeram parte da minha formação, apoiaram-me e contribuíram para esta realização, muito *khanimambu* (obrigada).

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha avó Ester Muchave (em memória) e minha mãe Iolanda da Graça Macuvele, mulheres batalhadoras e que eu admiro bastante, agradeço pelo apoio, dedicação e confiança no meu potencial. Pela presença em todos os momentos da minha vida e, em especial, por serem as maiores incentivadoras dos meus estudos.

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, **Tatiana Laura Zulu Magaia**, declaro por minha honra que esta monografia nunca foi apresentada, para a obtenção de qualquer grau ou num outro âmbito e que a mesma constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicados ao longo do texto e nas referências bibliográficas todas as fontes utilizadas.

(Tatiana Laura Zulu Magaia)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

NEE	Necessidades Educativas Especiais
DI	Deficiência Intelectual
SD	Síndrome de Down
OMS	Organização Mundial da Saúde
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
EP-	Ensino Primário
ES	Ensino Secundário
EA	Ensino a Distância
EEIDCD	Estratégia da Educação Inclusiva e Desenvolvimento da Criança com Deficiência
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância
IGESP	Instituto de Gastroenterologia de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:

RESUMO

Introdução: O presente trabalho teve como **objectivo** analisar o papel da família no processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down no Ensino Primário, Bairro Ferroviário. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, a amostra é composta por 3 pais ou encarregados de educação de crianças com Síndrome de Down. Os dados foram coletados por meio da entrevista semiestruturada, gravada e transcrita pela pesquisadora, após a autorização dos participantes. Os resultados foram analisados com base nos preceitos da análise temática. **Resultados:** observou-se que os pais receberam a notícia da suspeita da Síndrome de Down após o nascimento dos filhos e meses depois o diagnóstico de confirmação. Em torno da convivência com crianças com síndrome de Down, os pais afirmaram que é difícil, requer uma estrutura familiar organizada, bem como condições financeiras mínimas para arcar com as despesas relacionadas a saúde e educação destas crianças. Foi ainda possível perceber que as escolas regulares não estão preparadas para receber crianças Síndrome de Down, tornando assim a inclusão escolar quase impossível. **Conclusões:** Há necessidade de uma bateria de exames em recém-nascidos para que os pais conheçam o estado de saúde do seu filho mais cedo possível, a importância do psicólogo como suporte as famílias cujos filhos tem a Síndrome de Down para amenizar o impacto do diagnóstico nos familiares e a necessidade capacitação de professores em escolas regulares para que haja inclusão.

Palavras-chave: Síndrome de Down; comunidade; família; inclusão escolar.

ABSTRACT

Introduction: The current study objective was to analyze the family's involvement in the integration of children with Down syndrome into primary education in Ferroviário Neighborhood. **Methodology:** This qualitative study comprises a sample of three parents or guardians of children with Down syndrome. Data were collected via semi-structured interviews, which were recorded and transcribed by the researcher, after participants' authorization. Thematic analysis was employed to analyze the results. **Results:** The study found that parents were informed of the suspected Down syndrome condition after their child's birth and several months following the confirmation of the diagnosis. Regarding living with children with Down syndrome, the parents reported that it can be challenging and demands an organized family structure, along with enough financial resources to cover the associated healthcare and educational expenses. Overall, these observations suggest that significant improvements are necessary for the effective inclusion of children with Down syndrome in mainstream society. Additionally, it was apparent that typical schools are ill-equipped to accommodate children with Down syndrome, effectively rendering their inclusion in mainstream education difficult. **Conclusion:** There is a need for a comprehensive set of assessments for newborns, providing parents with prompt information concerning their child's health. The role of psychologists is important in providing support to families with children with Down syndrome, helping to manage the impact of the diagnosis on families. Additionally, teachers in mainstream schools need to receive training in inclusion.

Key words: Down syndrome; community; family; inclusive education.

Índice

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE	i
AGRADECIMENTOS	ii
DEDICATÓRIA	iii
DECLARAÇÃO DE HONRA.....	iv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	1
LISTA DE TABELAS.....	2
RESUMO.....	3
ABSTRACT.....	4
CAPÍTULO I- INTRODUÇÃO.....	7
1.1.Introdução	7
1.2.Formulação do problema.....	8
1.3.Objectivos do estudo.....	10
1.3.1. Geral	10
1.3.2. Objectivos Específicos	10
1.4.Perguntas de pesquisa	10
1.5.Justificativa	11
CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA	12
2.1. Síndrome de Down.....	12
2.2. Comunidade	13
2.3. Família	13
2.4. Inclusão Escolar	13
2.5. Inclusão de Crianças com Síndrome de Down na comunidade	14
2.6. Papel da Comunidade na Inclusão de Crianças com Síndrome de Down.....	16
CAPÍTULO III: METODOLOGIA	18
3.1. Descrição do local do estudo.....	18
3.2. Abordagem metodológica	18

3.3. Amostra	18
3.4. Técnica de recolha e análise de dados.....	19
3.4.1. Técnica de recolha de dados	19
3.4.2. Técnica de análise dos dados.....	19
3.5. Questões éticas	19
3.6. Limitações do estudo.....	20
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	21
4.1. Apresentação dos resultados e discussão	21
4.2. Experiência dos pais que vivem com uma criança com Síndrome de Down.....	21
4.3. Experiência dos pais como encarregados de educação de crianças com Síndrome de Down	225
4.4. Desafios que os pais para enfrentaram no processo de inclusão escolar de seus filhos.....	22
4.5. Actividades de recreação que os pais oferecem aos filhos	24
4.6. Situação actual e experiência de levar/ acompanhar o filho a escola	25
CAPÍTULO V: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	26
5.1. Conclusões	26
5.2. Recomendações.....	27
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28
ANEXOS	31
APÊNDICE.....	34

CAPÍTULO I- INTRODUÇÃO

1.1. Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2010) define a deficiência intelectual (DI), antigamente denominada retardo mental, como uma capacidade significativamente reduzida de compreender informações novas ou complexas, de aprender e aplicar novas habilidades. Ela é caracterizada, essencialmente, por alterações, durante o período de desenvolvimento, das faculdades que determinam o nível global de inteligência, ou seja, das funções cognitivas, de linguagem, habilidades motoras, capacidade social e que tem um efeito duradouro sobre o desenvolvimento.

Segundo Mancine *et al.*, (2003) a Síndrome de Down é qualificada uma condição genética, onde o indivíduo apresenta uma série de características físicas e mentais específicas. Esta síndrome é considerada uma das mais frequentes anomalias numéricas dos cromossomas autossómicos e representa a mais antiga causa genética de retardo mental.

O conceito de necessidades educativas especiais surgiu em 1987, a partir da formulação do relatório Warnock, apresentado pelo parlamento do Reino Unido, presidido por Mary Warnock.

A Declaração de Salamanca (1994) é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70. Esta traz a educação inclusiva como a possibilidade de “reforçar” a ideia de “educação para todos”, como se, até então, alunos com deficiência e/ou com outras necessidades educacionais especiais não frequentassem a escola.

E segundo a CID-10, pessoa com necessidades especiais é aquela com falta ou restrição da capacidade para executar actividades, tarefas, habilidades e comportamentos na forma considerada normal para a maioria dos seres humanos. Nesta visão se enquadram os problemas neurológicos que afectam a capacidade do cérebro para entender, recordar ou comunicar informações devido a factores fisiológicos ou ambientais.

Em Moçambique, a Lei nº 18/2018 de 28 de Dezembro orienta a educação da criança, do jovem e do adulto com necessidades educativas especiais em escolas regulares e em escolas de educação especial. Para a materialização dessa lei, o Plano Estratégico da Educação (2020-2029) apresenta as seguintes orientações, *“Implementação das medidas para a inclusão e equidade, com foco na participação e retenção das raparigas, crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) e redução de desigualdades no Ensino Primário (EP), Ensino Secundário (ES) e Ensino a distância (EA) ”*; e o principal objectivo é *“garantir a inclusão e a equidade no acesso, participação e retenção”* Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH, 2020).

O mundo encontra-se em constantes transformações: económicas, sociais, culturais e tecnológicas, tornando assim a educação inclusiva um factor fundamental para a promoção da qualidade de vida do indivíduo com deficiência para integrá-lo no mundo. No Bairro Ferroviário, tem-se observado algumas crianças com síndrome de Down que não frequentam escolas regulares porque não foram acolhidas por essas instituições de ensino, alguns vão a escolas especiais públicas e outros não estudam, desse modo, propôs-se a realização do presente estudo intitulado O Papel da Comunidade no Processo de Inclusão de Crianças com Síndrome De Down no Ensino Primário, um estudo de caso do Bairro Ferroviário. Acredita-se que os resultados do estudo irão contribuir na disseminação de informação para outros pais e encarregados de educação de crianças com Síndrome de Down bem como a criação de um grupo de apoio ao nível do bairro para troca de experiência.

A presente pesquisa será apresentada em V capítulos, que compõem: Introdução, Revisão da Literatura, Metodologia, Apresentação e discussão dos resultados, Conclusões e recomendações.

1.2. Formulação do problema

A Política Nacional da Educação, aprovada, através da Resolução n.º 8/95, de 22 de Agosto, faz menção à Educação Especial e considera que a criação de oportunidades para as crianças com NEE constitui o principal mecanismo da inclusão. Este documento acrescenta que o ambiente das escolas existentes deve tornar-se mais acessível para as crianças com necessidades especiais, o mesmo instrumento apresenta como medidas estratégicas a promoção do princípio da integração através da sensibilização e mobilização de escolas regulares e comunidades para o programa de educação especial integrado, assim como a formação de professores de apoio itinerantes,

fornecimento de materiais de ensino, equipamento e concepção de planos de estudos flexíveis para as crianças com NEE (Conselho de Ministros, 1995).

E, a Política para a Pessoa Portadora de Deficiência, aprovada pelo Conselho de Ministros, através da Resolução n.º 20/99, de 23 de Junho, determina que o Governo se responsabiliza e colabora para a realização de acções e programas tendentes a garantir a concretização dos direitos básicos de pessoas com deficiência, mediante articulação multisectorial e multidisciplinar, envolvendo as suas instituições e entidades privadas, Organizações Não-Governamentais (ONG) e pessoas singulares, estabelece no n.º 4.2, que para o sector da educação “...*garantir à pessoa portadora de deficiência, em geral, e às pessoas com NEE, em particular, o acesso e integração em estabelecimentos de ensino ou escolas especializadas, em condições pedagógicas, técnicas e humanas apropriadas*” (Conselho de Ministros, 1999).

Para dar uma componente estratégica própria a esta área, foi aprovada através da Resolução nº 40/2020 de 10 de Julho, do Conselho de Ministros, a Estratégia da Educação Inclusiva e Desenvolvimento da Criança com Deficiência (EEIDCD, 2020-2029).

A EEIDCD foi concebida para aumentar o acesso e a retenção de crianças com deficiência e/ou NEE no sistema educativo. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2019) aproximadamente 2.7% da população moçambicana são pessoas com algum tipo de deficiência, dentre os quais existem apenas 76.843 matrículas de meninas e meninos (5 a 24 anos) com deficiência no sistema educativo. Estima-se que duas em cada três crianças com deficiência estejam fora da escola (MINEDH, 2020).

A EEIDCD procura abordar e ultrapassar barreiras à aprendizagem (sejam barreiras físicas, barreiras de comunicação, barreiras políticas ou administrativas) para assegurar que todas as crianças tenham acesso à educação e atinjam o seu pleno potencial. Uma estratégia multisectorial, a EEIDCD preconiza um trabalho estruturado e conciliado entre as várias instituições públicas e privadas que contribuem para o desenvolvimento e inclusão das pessoas com deficiência. Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2021).

A EEIDCD ressalta, dentre vários elementos, a necessidade de intervenção de uma equipa multidisciplinar (família e profissionais de saúde) desde a concepção do indivíduo com NEE.

É nesta senda que surge a presente pesquisa, que procura apurar a contribuição da comunidade para inclusão das crianças com Síndrome de Down no Ensino Primário, tendo em conta que o quadro legal, político e estratégico, é claro na defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Dado este facto, levanta-se o seguinte problema de estudo: **Ate que ponto podemos afirmar que as famílias do Bairro Ferroviário tem contribuído no processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down no Ensino Primário?**

1.3. Objectivos do estudo

1.3.1 Geral

- Analisar o papel da família no processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down no Ensino Primário no Bairro Ferroviário.

1.3.2. Objectivos Específicos

- Identificar as possíveis dificuldades enfrentadas pelos pais ou encarregados de educação na convivência com crianças com Síndrome de Down no Bairro Ferroviário;
- Descrever as actividades realizadas pelos pais ou encarregados de educação para inclusão de crianças com Síndrome de Down no Ensino Primário, no Bairro Ferroviário;
- Apresentar as dificuldades vivenciadas pelos pais ou encarregados de educação do Bairro Ferroviário no processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down no Ensino Primário.

1.4. Perguntas de pesquisa

- Como é viver com uma criança com Síndrome de Down?
- Fale da sua experiência como Pai ou encarregado de educação de uma criança com Síndrome de Down?
- Quais são os desafios que enfrentou para incluir a sua criança na escola?
- Que actividades de recreação o senhor (a) oferece a sua crianças?
- Quem tem acompanhado a criança a Escola e como tem sido essa experiência?

1.5. Justificativa

A escolha do tema do estudo esteve relacionado ao facto de que, o meu irmão mais novo tem síndrome de Down e essa foi a minha motivação para escolha do curso Psicologia Escolar e de Necessidades Educativas Especiais.

Em segundo lugar, no meu bairro há varias crianças com síndrome de Down em famílias desfavorecidas e infelizmente algumas delas não vão a escola, contribuindo assim negativamente para o seu desenvolvimento.

Em terceiro lugar, trabalho numa ONG humanitária que apoia crianças vulneráveis em comunidades (zona rural), fazem parte dos beneficiários algumas crianças com NEE dentre as quais a Síndrome de Down.

Assim neste estudo, analisa-se a família por esta ser a base da comunidade e a primeira instancia de formação do individuo. A forma como a família lida com o individuo com Síndrome de Down vai determinar a vida e desenvolvimento do mesmo. Apesar da Síndrome de Down não ter cura é possível proporcionar uma vida de qualidade as crianças com esta patologia, a partir do apoio emocional, social e acima de tudo psicológico.

Por fim espera-se que os resultados desta possam ser de mais-valia para a disseminação de informação para: A academia, ajudar aos investigadores, no sentido de realizar-se pesquisas similares de modo a aprofundar estudo. Ao MINEDH, ajudará na elaboração de estratégias para a promoção da inclusão escolar, capacitação de professores em escolas regulares, redução do analfabetismo de crianças com Deficiência Intelectual e criação de Escolas de Formação Profissional. Ao MISAU, ajudará na partilha da informação e do conhecimento sobre doença. Instituições de ensino, ajudará a prestar atenção psicológica a criança com Síndrome de Down de modo a reduzir o baixo aproveitamento pedagógico e índice de reprovações. Família, ajudará na intensificação do acesso à informação aos pais e encarregados de educação de crianças com Síndrome de Down. Comunidade, ajudará na criação de um grupo de apoio de pais ou encarregados de educação de crianças com SD para partilha de informação e troca de experiência.

CAPÍTULO II: REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Síndrome de Down

Segundo Giacomini (2022) a Síndrome de Down é uma condição genética, causada pela presença de três cromossomas 21, podendo esta ser em todas as células ou somente em algumas, ou seja, esses indivíduos possuem 47 cromossomas em suas células, divergindo assim das demais pessoas, as quais possuem 46 cromossomas.

Almeida *et al.*, (2017) referem que a Síndrome de Down é um distúrbio ou deficiência genética causado durante a gravidez pela presença de um cromossoma 21 extra, um distúrbio comum, estimado em 1 a cada 1000 nascimentos.

Temos também a definição apresentada por Santos e outros (2022), segundo a qual a Síndrome de Down é uma condição genética que consiste em uma alteração cromossômica, essa distribuição ocorre de maneira inadequada na formação dos gâmetas e na fecundação do material genético. A anormalidade na divisão cromossômica resulta em características particulares nos aspectos físicos e cognitivos de indivíduos com Síndrome de Down, mais conhecido como trissomia 21.

Estas três definições permitem-nos construir um conhecimento mais completo sobre o que é a Síndrome de Down, assim como também percebemos quando, como e porquê é formada. Ora, o mérito de Giacomini (2022) é identificar a totalidade de cromossomas que uma pessoa “comum” possui, podendo dar maior vislumbre sobre qual é a diferença entre um indivíduo com SD e um indivíduo sem SD. Almeida *et al.*, (2017) apresentam o termo “deficiência”, o que pode em certo momento confundir, uma vez que com a SD tem um cromossoma a mais e não a menos. Não obstante, o intento destes autores é plausível quando olhamos para consequências da SD, relatadas por Santos *et al.*, (2022), assim como para o termo deficiência intelectual, que tem muitas vezes sido conotado de forma similar com a SD.

Apesar da alta incidência de problemas de saúde, verifica-se que, com o desenvolvimento de novas práticas, principalmente daquelas relacionadas à prevenção e ao diagnóstico precoce, a expectativa de vida dessa população aumentou de 12 anos em 1940 para 60 anos no início do século XXI, em países desenvolvidos. Os tratamentos e as terapias, em especial a estimulação precoce, vêm contribuindo para o melhor desenvolvimento e desempenho social da pessoa com SD, permitindo-lhe a experienciar novas situações, como a inclusão na escola regular (Luiz *et al.*, 2012).

2.2. Comunidade

Comunidade é a ligação de relacionamentos profundos de pessoas às normas, valores conjuntos e vivência em um mesmo sistema de actividades profissionais, estabelecendo um modo de comunicação próprio que dá aos seus membros a capacidade de exercer influência e solidariedade recíproca (Dias, 2013).

Comunidade é uma forma de agrupamento humano, na qual cada ente desempenha sua função como parte de um organismo compreendido como harmónico e uno em si, ou seja, é uma população que vive limitada geograficamente por um território físico e politicamente pelas suas normas (Lazzari *et al.*, 2016).

Analisando as definições apresentadas, julga-se necessário apontar que nem todo agrupamento de pessoas constitui necessariamente uma comunidade. A unidade de lugar e de tempo não são suficientes para criarem e definirem o que é uma comunidade. A presença em um conjunto de indivíduos que possuem algo em comum não indica, necessariamente, a participação em uma comunidade. A comunidade se diferencia claramente de uma mera junção de pessoas. E Gonçalves (2009) defende que temos duas facetas relacionadas a comunidade: a *territorial/geográfica*, referindo-se a estruturas sociais definidas pela área e a outra *relacional*, reportando para o carácter das relações humanas. É preciso que ambas facetas estejam presentes para podermos falar propriamente de comunidade.

2.3. Família

A família representa união entre pessoas que possuem laços sanguíneos, de convivência e baseados no afeto. É no contexto familiar onde se constroem as primeiras relações e também onde se estruturam os comportamentos. E segundo Alarcão (2000), família é um elo importante para o desenvolvimento das interações porque é nesse meio onde surgem os primeiros contactos corporais, a aquisição da linguagem e de comunicação ou seja, o indivíduo se adapta à vida social através da família.

2.4. Inclusão Escolar

Para Giacomini (2022) inclusão é a nossa necessidade de entender e reconhecer o outro, e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes.

Entende-se inclusão como o processo pelo qual a sociedade realiza adaptações em todas as suas áreas, contemplando as necessidades das pessoas excluídas, com o objectivo de equacionar os problemas causados pela exclusão (Santos *et al.*, 2022).

Analisando os pronunciamentos de Dias (2012), podemos definir a inclusão como um constructo social relacionado com a promoção de uma igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso, com a participação de todos e o respeito pela diversidade em todas as áreas e níveis. Poi isso, Giacomini (2022); Santos *et al.*, (2022) explicam-nos o porquê e o para-quê da inclusão, Dias (2012) é mais profundo em fazer perceber a essência da inclusão, relacionando-a com a igualdade de oportunidades e respeito pela diversidade. Não obstante, surge também necessidade de reconhecer que a inclusão é um processo, tendo assim fases e dependendo de contribuições de diferentes intervenientes para que se torne realidade.

Santos *et al.*, (2022), permitem-nos realizar uma análise histórica, afinal temos diferentes grupos sociais que historicamente têm sido excluídos, ou ainda, não tem acesso às mesmas oportunidades e não são respeitados pela sua diversidade, isto é, por aquilo que são.

Ora, cabe ainda lembrar que não convém ao nível deste trabalho, confundir inclusão com integração, isto porque tal como sublinha Richler (2019), a inclusão não é uma estratégia para ajudar as pessoas a encaixarem-se no sistema e nas estruturas que existem na nossa sociedade, trata-se de transformar esses sistemas e estruturas para torná-los melhores para todos.

2.5. Inclusão de Crianças com Síndrome de Down na comunidade

A discussão sobre educação inclusiva está intimamente ligada a movimentos mais amplos de inclusão social, que foram deflagrados a partir de declarações aprovadas em eventos tais como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, em 1990, e a Conferência Mundial sobre NEE, em Salamanca, em 1994. Deste modo, a inclusão escolar é uma prática cada vez mais frequente em vários países, mas a maneira como ela acontece está intimamente relacionada à cultura local e à sua política (Luiz *et al.*, 2012).

Muitas crianças com Síndrome de Down têm associada a Deficiência Intelectual (DI), o que leva a dificuldades na aprendizagem. Tais dificuldades podem estar relacionadas à linguagem, raciocínio lógico, memória, reflectir na socialização e na autonomia (Instituto Neurosaber, 2020).

Para ocorrer a inclusão, muitas são as dificuldades e, dentre as mais debatidas, destacam-se a formação de professores, as estruturas físicas e de acessibilidade das escolas, a não-aceitação por parte de pais e responsáveis em terem em casa alguém com alguma dificuldade física ou mental.

De acordo com o Movimento Down (2012), uma atitude positiva por parte da escola que recebe o aluno com Síndrome de Down é essencial. Além disso, um plano de transição bem preparado precisa ser elaborado para que a trajetória escolar do aluno seja a mais tranquila possível para a criança com Síndrome de Down, seus pais e os profissionais de educação.

Santos *et al.*, (2022) ressaltam que não é incomum verificar, em escolas regulares, concepções insuficientes quanto às necessidades dos alunos com deficiência, visto que várias instituições entendem que a inclusão escolar se dá apenas pelo acto de aceitar a matrícula de crianças nas condições mencionadas, no entanto, não promovem adaptações na escola, nem estimulam a qualificação de todos os agentes envolvidos no processo.

Dessa forma, a criança com Síndrome de Down precisa de estratégias diferenciadas no processo de aprendizagem. É muito importante que seja realizado um planeamento pedagógico que considere as características de cada criança. O professor precisa conhecer as potencialidades de seu aluno, assim como suas maiores dificuldades, cognitivas e comportamentais. Por esse motivo, é essencial a participação da família e dos profissionais que trabalham com a criança fora da escola (Instituto Neurosaber, 2020).

O envolvimento de toda a escola no processo de inclusão é importante, pois criara resultados para a criança, sua família e a equipe escolar. Nesse sentido, os profissionais da saúde, que acompanharam a criança com Síndrome de Down desde o nascimento, também podem colaborar, orientando escolas e professores a respeito das particularidades e do desenvolvimento de cada uma delas. Além disso, o diálogo entre os profissionais de instituições especializadas e os professores vai possibilitar a continuidade da atenção e do trabalho desenvolvido (Luiz *et al.*, 2012).

Outros factores, que podem contribuir favoravelmente para a adequada receptividade da criança na escola, são a experiência da instituição de ensino com crianças especiais e o vínculo já estabelecido entre os profissionais da escola e a família. Não obstante, prestar suporte apenas aos profissionais e recursos adequados não é suficiente para o sucesso da inclusão escolar. A atitude dos professores também é crucial para esse processo (Luiz *et al.*, 2012).

Giacomini (2022) reitera que a inclusão não acontece se ambos não estiverem preparados, tanto os profissionais quanto o aluno em questão, pois os professores e equipe escolar carece de uma preparação especializada para que estes não hajam com uma conduta de preconceito ou exclusão e para que conheçam maneiras e técnicas de auxiliar o desenvolvimento pessoal, social e de aprendizagem do deficiente.

A experiência de um professor em receber na sala de aulas uma criança especial pode ser difícil, e essa dificuldade é maior ainda quando o profissional não tem preparo. Esse despreparo muitas vezes originado pela falta de capacitação para atender à diversidade dos alunos (Luiz *et al.*, 2012).

A inclusão da criança com SD na escola regular vem se demonstrando benéfica, porém há ainda muitos desafios a serem superados, os quais demandam tempo e compromisso para que se efectivem. A convivência com crianças de desenvolvimento considerado normal é muito importante para as crianças com SD. Os colegas servem como exemplo de comportamento e de conquistas apropriadas para a sua idade, contribuindo para o seu desenvolvimento social e emocional (Movimento Down, 2012).

Luiz *et al.*, (2012) corroboram com estes enunciados referindo que, as crianças com SD que tem a oportunidade de estudar com crianças com desenvolvimento considerado normal desenvolveram mais a fala, melhoraram a coordenação motora, passaram a ser mais independentes e sociáveis, e se apresentarem mais tranquilas.

2.6. Papel da família na Inclusão de Crianças com Síndrome de Down

As crianças com Síndrome de Down têm na deficiência mental uma de suas características mais constantes, portanto, é evidente a complexidade e importância da educação. Por isso, a educação dessas crianças necessita ser de carácter interactivo, ou seja, a escola, a família e a comunidade podem contribuir oferecendo experiências que sejam significativas e transformadoras (Pessoa & Timbó, 2018).

Para alguns, a própria palavra “inclusão” é uma forma de discriminar as crianças especiais, pois traz consigo a inserção de algo diferente, que no caso seria a criança com Síndrome de Down inserida na rede regular de ensino. Estes defendem que esse processo de entrada na escola deveria acontecer naturalmente, da mesma forma como ocorre com qualquer outra criança (Luiz *et al.*, 2012).

O anseio de ver a inclusão escolar acontecendo de forma natural poderá se concretizar quando toda a sociedade puder oferecer às crianças com necessidades especiais condições de serem inseridas não somente na escola, mas também no meio em que vivem. De maneira geral, a sociedade caminha, embora nem sempre a passos largos, para a concretização dessa inclusão e, nesse contexto, a escola não se apresenta de maneira diferente. Para que se efective, é necessário que o processo de inclusão não se restrinja à escola, mas se efective em todos os âmbitos da vida social (Luiz *et al.*, 2012).

A Síndrome de Down (SD) resulta em uma dificuldade motora e cognitiva, mas as pessoas com SD podem crescer, aprender e participar da vida em sociedade. Pesquisas provam que, quando a família estimula a criança precocemente, ao entrar na escola a criança não sentirá tanta dificuldade, pois já terá uma experiência devida importante para a sua formação, cabendo ao professor adequar novas maneiras e técnicas que possam ampliar a conhecimento já adquirido e modelá-lo ao contexto escolar (Pessoa & Timbó, 2018).

Para que a tarefa de constituição da escola inclusiva seja bem-sucedida, é necessário implantar transformações profundas, que vão desde atitudes de profissionais da educação, dos pais e da escola e das salas de aulas que as compõem, assim como no apoio da comunidade. É certo que não há receitas prontas para instruir a comunidade a lidar com as demandas do dia-a-dia, mas os profissionais de saúde e da educação podem ampliar o conhecimento das experiências, de sucesso ou não, de famílias que tem uma criança com SD, de modo a auxiliá-las na tomada de decisão, quando necessário (Luiz *et al.*, 2012).

Promover e orientar a aceitação da condição, de forma realista e clara, é o ponto-chave para a qualidade de vida do indivíduo com SD na sociedade, desde a infância até a vida adulta. A inclusão deve ser defendida em todos os ambientes. Nesse sentido, o profissional com SD precisa de ajuda para encontrar um lugar onde possa exercer seu potencial, pois o estudo e o trabalho são formas importantes de socialização e aprendizado (Instituto de Gastroenterologia de São Paulo - IGESP, 2022).

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

3.1. Descrição do local do estudo

O estudo foi realizado na comunidade do Bairro Ferroviário. O bairro está situado no Distrito Urbano de KaMavota, no Noroeste da Cidade de Maputo. O Distrito Urbano de KaMavota, também conhecido como Distrito nº 04, possui uma área de 30.3 Km², tem 11 bairros, nomeadamente: 3 de Fevereiro, Albazine, Costa do Sol, F.P.L.M., Ferroviário, Hulene A, Hulene B, Laulane, Mahotas, Mavalane A e Mavalane B. O Bairro Ferroviário, conta com 50.698 (15,5%) habitantes e é um dos mais populosos do Distrito KaMavota (INE, 2019).

Conjuntamente com o KaMubukwana, o Distrito KaMavota faz parte da chamada zona peri-urbana da Cidade de Maputo. A Zona peri-urbana é definida como sendo uma área periférica onde as características urbanas e rurais por vezes confundem-se. A densidade populacional é média, não obstante, é uma zona em grande expansão, a qual não tem sido acompanhada de infra-estruturas e serviços. A alta mobilidade é limitada na situação de emergências devido à falta de transporte, sobretudo a noite devido à insegurança causada pela criminalidade (INE, 2021).

3.2. Abordagem metodológica

Para o alcance dos objectivos traçados escolheu-se o estudo qualitativo, na vertente do estudo de caso. E como afirmam Marconi e Lakatos (2010) a abordagem qualitativa permite, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre investigações, atitudes e tendências de comportamento.

A escolha deste tipo de pesquisa deveu-se ao facto de possibilitar conhecimento detalhado através da investigação profunda de um fenómeno com o objectivo de fazer generalizações a partir de um caso específico.

3.3. Amostra

Para a pesquisa recorreu-se a amostra formada por um total de 3 pais de crianças com SD no Bairro Ferroviário. Para participar do estudo foram definidos critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão foram: indivíduos do sexo masculino e feminino, moradores do Bairro Ferroviário, pais ou encarregados de educação de crianças com SD.

E os critérios de exclusão foram: não ser morador do Bairro Ferroviário, não se pai ou encarregado de educação de crianças com SD.

3.4. Técnica de recolha e análise de dados

3.4.1. Técnica de recolha de dados

Para a pesquisa recorreu-se a entrevista semiestruturada que foi administrada em pais ou encarregados de educação de crianças com SD no Bairro Ferroviário. E como afirma Minayo (2009) entrevista semiestruturada permite que as pessoas respondam nos seus próprios termos sem se prender a indagação formulada e muito menos decorrer do objecto centrado que se está a discutir.

As entrevistas para o presente estudo foram de carácter individual e presencial, no local, data e hora escolhida pelos participantes. Para a sua condução recorre-se a um caderno de anotações e gravador, com a permissão dos participantes para gravar as conversas.

3.4.2. Técnica de análise dos dados

Os dados foram analisados com base nos preceitos da análise temática. Segundo Braun e Clarke (2006) a análise temática permite relatar experiências, significados e a realidade dos participantes, que examina a maneira como eventos, realidades, significados, experiências operam dentro da sociedade.

3.5. Questões éticas

Para a realização deste estudo foram tomadas em conta questões éticas:

Solicitação de credencial ao Registo Académico da Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane para a identificação da pesquisadora e pedidos de autorização a Administração do distrito KaMavota-Cidade de Maputo e à Secretaria do Bairro de Ferroviário para o processo de recolha de dados (*Vide Anexo 1 e 2*).

Os Pais ou encarregados de educação de crianças com SD foram informados acerca do estudo e seus objectivos, consentiram em participar através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e para garantir o anonimato, criaram-se códigos para a identificação dos participantes (**P e M**), onde: **P** significa pai e **M** significa mãe.

3.6. Limitações do estudo

Aquando da elaboração do projecto, a pesquisa previa entrevistar 3 pais ou encarregados de educação de crianças com idades compreendidas entre 6 a 18 anos, as famílias foram pré-seleccionadas 11, 14 e 18 anos. A criança de 11 anos perdeu a vida no mês de Abril devido a uma complicação de saúde, a criança de 14 anos mudou de residência devido à separação dos pais, actualmente vive com a mãe na província de Gaza. Daí que foi necessário procurar por outras crianças, e a liderança local ajudou nesse aspecto.

CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Apresentação dos resultados e discussão

Participaram no estudo 3 pais que vivem com crianças com SD no Bairro Ferroviário, com idade média de 59 anos, na sua maioria tinham trabalho, mas o salário é mínimo. A maior parte dos pais tem a 10ª Classe concluída e nenhum deles tinha o ensino superior concluído.

Tabela 1 – Variáveis socio-económicas dos pais de crianças que vivem com síndrome de Down

Código	Nível académico	Profissão	Idade
P1	10ª Classe	Garçom	64 Anos
M1	7ª Classe	Doméstica	56 Anos
M2	Bacharelato	Comerciante	57 Anos

4.2. Experiência dos pais que vivem com uma criança com Síndrome de Down

Os pais que participaram neste estudo revelaram que viver com uma criança com SD é diferente (ou seja, é diferente das demais crianças), e levaram muito tempo para ter informações acerca da patologia, não tiveram base de apoio, o que afectou o desenvolvimento intelectual destas crianças, como ilustram as palavras a baixo.

Vi que minha filha era diferente logo que nasceu, mas não sabia o que ela tinha. Alguns meses depois, quando percebi que não se comportava como meus outros filhos (7) decidi ir ao hospital e tivemos o diagnóstico que me deixou triste, pois não esperava por essa notícia. (M1)

Não sabia nada sobre essa doença. Este é o primeiro caso na minha família. E os primeiros três anos foram difíceis, estávamos sempre no hospital por questões de saúde do meu filho. Quando recebi o diagnóstico foi um choque grande, mas a situação veio a melhorar quando ele foi operado, foram duas cirurgias no coração. (M2)

Até os 4 anos meu filho não andava nem gatinhava, foi quando comecei a ir ao hospital para marcar consultas e procurar saber o que ele tinha. (P1)

Os resultados demonstraram que os pais receberam tardiamente o diagnóstico do SD dos seus filhos. Júnior e Messa (2007) defendem que ao receber a notícia da doença, os pais sentem-se

despreparados para cuidar da criança. E Henn; Piccinni e Garcias (2008), também afirmam que a recepção do diagnóstico provoca um choque instantâneo, por algum tempo, até a aceitação da criança com a Deficiência Intelectual.

4.3. Experiência dos pais como encarregados de educação de crianças com Síndrome de Down

Os pais que participaram no estudo referiram que a tarefa de encarregado de educação de uma criança com síndrome Down é difícil, frustrante e precisa de paciência.

“Minha experiência não foi boa, infelizmente meu filho nunca se interessou pelos estudos. Quando o entregávamos caderno, lápis ou lápis de cor ele os jogava fora. Por esse motivo não chegou a estudar.” (P1)

“Diferente dos meus filhos mais velhos, ela leva muito tempo para entender as coisas e para aprender é um processo longo. Por vezes é um pouco frustrante, mas temos sido pacientes, pois sabemos que ela tem se esforçado muito e está avançada comparando as outras crianças na mesma condição que ela.” (M1)

“É difícil, o meu primeiro filho sempre foi dedicado e inteligente e comparando com os primos e nunca precisou se esforçar tanto para alcançar boas notas na escola. Com o meu filho mais novo é diferente, ele tem dificuldades na percepção e replicação do aprendido devido a sua deficiência intelectual. Contudo, consigo notar mudanças e desenvolvimento, apesar de lento.” (M2)

Os resultados do estudo revelam ainda que, a experiência dos pais como encarregados de educação de crianças com SD é difícil, requer uma estrutura familiar organizada, bem como condições financeiras mínimas para arcar com as despesas relacionadas a educação das mesmas. E, Vieira e Vieira (2009), postulam que a família é o contexto imediato e primordial, que exerce grande influência sobre o desenvolvimento e pode estimular as aprendizagens cognitivas, afectivas e motoras das crianças com deficiência.

4.4. Desafios que os pais para enfrentaram no processo de inclusão escolar de seus filhos

De uma forma geral, os pais que participaram no estudo afirmaram que os desafios da inclusão escolar são dificuldades de linguagem por parte das crianças e falta de preparação/conhecimento por parte do professor.

“Para além da Síndrome de Down, o meu filho é mudo. Talvez por isso nunca quis estudar, assisti a aula duas vezes e notei que enquanto a professora falava ele não percebia nada, saia sala de aulas para ajudar em outras tarefas (trabalhar na horta, jogar futebol, etc).” (P1)

“Aos 6 anos matriculei minha filha na escola mais próxima de casa, mas a professora não lhe recebeu bem. Disse-me no primeiro dia que aquele lugar não era para minha filha, que eu deveria procurar uma escola especial onde tem professores capacitados, pois ela não teve essa formação.” (M1)

“No princípio meu filho ia à escola do nosso bairro, mas eu percebia que ele não se sentia bem. A direcção da escola marcou uma reunião juntamente com a professora e aconselharam-me a tirar o meu filho para uma escola preparada para lidar com o problema dele. Foi então que comecei a procurar escolas especiais publicas, mas o processo foi longo e exigiram muitos documentos. Por isso só o matriculei meses depois após receber os documentos do hospital que a direcção da escola pediu.” (M2)

Nogueira (1998); Oliveira e Marinho (2010) defendem que a escola tem a função de socializar o saber sistematizado que o aluno adquiriu na família, sendo o seu objectivo a aquisição do saber estrutural e as áreas do conhecimento relacionando-se com a ciência e não com o senso comum. Daí que o relacionamento entre a família e a escola é de extrema importância para que o desenvolvimento da criança com DI seja satisfatório. Os professores em colaboração com os pais podem pensar num projecto de desenvolvimento educacional que vão de encontro com as necessidades do aluno SD. Isso não significa que o aluno com SD vá ficar excluído ou aprender menos que os demais alunos. Porém, os resultados deste estudo revelam o contrário, não houve acolhimento por parte das escolas regulares e os pais foram obrigados a tirar seus filhos deste ambiente escolar.

Confirmando desta forma o que o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano diz, que o processo inclusivo enfrenta desafios devido à mobilidade de técnicos, directores e professores de escolas formados/capacitados. Assim sendo e no âmbito de uma abordagem inclusiva, visando abranger alunos com Necessidades Educativas Especiais, há necessidade de se prosseguirem com acções e mudanças preconizadas pelo Plano Estratégico de 2012-2016 que possibilitem o acesso,

retenção, adaptações arquitectónicas às infra-estruturas escolares, desenvolvimento de programas para formação de professores e currículo flexível que responda às características e necessidades de todos os alunos, a organização de recursos técnicos de serviços e parcerias com as comunidades.

4.5. Actividades de recreação que os pais oferecem aos filhos

Os pais que participaram no estudo, afirmaram que os seus filhos ajudam nas actividades domésticas, mas o seu real prazer é dança e desporto.

“Ele gosta de brincar e dançar sozinho ou com os sobrinhos. Não tem amigos e não vai à rua sozinho. Desde que eu perdi o meu emprego, ele tem ajudado a controlar a capoeira de galinhas, mas não lhe deixo fazer trabalhos pesados por causa das suas dificuldades.” (P1)

“Ela é espontânea e divertida, faz quase tudo. Brinca, joga, dança, pula a corda e ajuda nas actividades domésticas. O que ela mais gosta de fazer é de dançar e lavar seu uniforme da escola.” (M1)

“Meu filho é apaixonado por futebol, vejo que ele fica muito feliz com essa actividade. Sabe lavar a loiça e varrer o quintal, mas ele não gosta, nos últimos dois anos faz por insistência.” (M2)

Para Winnick (2003), as actividades lúdicas são todos comportamentos relacionados às brincadeiras realizadas para divertir o indivíduo. Ele afirma ainda que os comportamentos se tornam brincadeira quando repetidos a fim de buscar o prazer funcional. Por sua vez, Piaget (1998), diz que a actividade lúdica é o berço obrigatório das actividades intelectuais da criança, sendo, por isso, indispensável à prática educativa.

De modo geral, os pais que participaram do estudo afirmaram que proporcionam e apoiam os filhos nas actividades de recreação. E segundo o Movimento Down (2012), crianças com SD precisam de muitos estímulos desde a nascença e a melhor forma de estimular é através das brincadeiras. Dessa forma, as crianças aprendem a socializar, adquirem conhecimentos que estimulam a cognição, desenvolvem habilidades motoras e de comportamento.

6.6. Situação actual e experiência de levar/ acompanhar o filho a escola

Segundo a revelação dos pais que participaram no estudo, levar os filhos a escola é um desafio, apesar destes estares na fase da adolescência não são totalmente independentes.

“Quando eu ainda trabalhava meu filho ia ao Centro das Irmãs da Igreja católica de carrinha escolar, quando perdi o emprego ele passou a ir de chapa, mas infelizmente teve que parar há alguns meses atrás, pois a rotina era difícil e eu não estava conseguir pagar.” (P1)

“Minha filha sempre foi a escola de carrinha, mas infelizmente este ano quando meu marido perdeu o emprego ela passou a ir de chapa. O irmão mais velho lhe acompanhava e lhe levava de volta durante dois meses. Actualmente ela vai e volta sozinha, fico preocupada, mas tenho esperança de que chegará em segurança. Ligo para a professora todos os dias para saber se ela chegou bem e ligo de novo na hora da saída.” (M1)

“O meu filho vai à escola de carrinha escolar, seria muito difícil ir de chapa. Ele ainda tem dificuldades nesse aspecto. Mesmo no nosso bairro, não permito que vá a lugares distantes, pois ainda não é totalmente independente.” (M2)

Segundo Lúcia Martins (2003), a inclusão escolar de pessoas com síndrome de Down, sua inserção e adaptação em diversos contextos está directamente ligada ao incentivo ou restrições da família, no sentido de promover maior independência desde a infância. Segundo a autora: “[...] é importante que os familiares incentivem atitudes de independência nas crianças, tais como: vestir-se, utilizar a casa de banho, comer sozinhas, ajudar nas tarefas domésticas [...] como forma de prepará-las para sua introdução no meio escolar.” (Martins, 2003, p.68).

CAPÍTULO V: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusões

Os resultados do estudo, cujo objectivo analisar o papel da família no processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down no Ensino Primário no Bairro Ferroviário, permitiram obter as seguintes conclusões:

Os pais de crianças com Síndrome de Down receberam tardiamente a notícia de que o seu filho tinha esta patologia, depois da confirmação do diagnóstico no hospital, ou seja, os dados demonstraram que os pais não tinham conhecimento da doença, o que dificultou a intervenção psicológica precoce na criança.

De modo geral, os resultados do estudo apontam que o Sistema Nacional de Educação em Moçambique carece de alguma reforma/mudança para o uso de outras diferentes formas de avaliação (não generalizadas) de crianças com síndrome de Down, pois estas permanecem muitos anos na mesma classe e aos 18 anos (5^a ou 6^a classe) são obrigados a interromper os estudos porque os pais não tem condições de levamos a escolas privadas.

A falta de capacitação dos professores em escolas regulares para permitir a inclusão escolar constitui uma barreira para as crianças com SD, pois alguns destes professores acreditam que a criança deve permanecer mais tempo na escola em relação as outras e outros acreditam que nem há espaço para a criança neste ambiente, exigindo assim condições financeiras mínimas por parte dos pais, pois ainda que estes matriculem o seu filho numa escola especial pública existe a necessidade de custear a despesas de transporte.

Segundo Vygotsky (1998) é importante que alunos com DI estejam em escolas regulares, pois a mediação exercida pelos professores, colegas, funcionários da escola e pelos outros elementos da cultura que estão presentes no quotidiano escolar (ambiência, linguagem, materiais, conhecimento), contribuirá para a aprendizagem e desenvolvimento de processos psicológicos cada vez mais elaborados.

A escola tem a função de favorecer a aprendizagem dos conhecimentos construídos socialmente e legitimar a ordem social. Por sua vez, a família, como base da sociedade e meio natural de crescimento, tem a função de socialização, aprendizado dos padrões comportamentais, atitudes e valores aceites pelo meio social. Daí a necessidade de coordenação entre a escola e a família, é

preciso acreditar na potencialidade de desenvolvimento da criança com SD, sobretudo não os limitar. Tanto a família como a escola devem compreender que a SD é uma doença crônica, não tem cura ou tratamento para reduzir o grau do comprometimento cognitivo. Contudo, com o devido apoio e acompanhamento é possível proporcionar uma vida de qualidade para estes indivíduos.

5.2. Recomendações

As conclusões obtidas, permitiram chegar as seguintes recomendações:

Intensificação do acesso à informação aos pais e encarregados de educação de crianças com SD.

Existe a necessidade dos hospitais fazerem uma bateria de exames no bebé logo após a nascença para conhecer o estado de saúde do mesmo, deste modo os pais terão informação atempadamente facilitando desta forma a intervenção imediata.

A criação de um grupo de apoio de pais ou encarregados de educação de crianças com SD para partilha de informação e troca de experiência é extremamente importante.

Encorajar das crianças com SD a prosseguir com os estudos. O MINEDH deve disponibilizar bolsas de estudo para as crianças desfavorecidos, para que estas continuem a estudar. O MINEDH deve ainda considerar a possibilidade de criação de escolas de formação profissional para as crianças com SD, uma vez que estas visam aprimorar as habilidades, enriquecer a carreira e aumentar as chances de ter um emprego.

As instituições de ensino (professores e gestores escolares) devem fornecer o acompanhamento psicopedagógico as crianças com SD em situação crítica de modo a reduzir o índice de reprovações e que não abandonem os estudos.

A ligação escola-família deve agir de modo a manter as crianças com SD inserido na escola, bem como o pai ou encarregado de educação actualizando sobre o estado e progresso do seu educando.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


- Alarcão, M. (2002). *(des) Equilíbrios familiares: uma visão sistémica*. 2ª ed: Quarteto. Coimbra
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). *Utilizando a Análise Temática na Psicologia: Pesquisa Qualitativa em Psicologia*, v. 3, n. 2. p. 77-101.
- Conselho de Ministros. (1995). *Política para a Pessoa Portadora de Deficiência*. Resolução n.º 8/95, de 22 de Agosto. CdM. Maputo
- Conselho de Ministros. (1999). *Política para a Pessoa Portadora de Deficiência*. Resolução n.º 20/99, de 23 de Junho. CdM. Maputo
- Dalla, D. V. H. S., & Duarte, E. (2009). *Síndrome De Down: Informações, Caminhos E Histórias De Amor*. Phorte. São Paulo
- Dias, D. (2013). *O Termo Comunidade visto sob Três Vertentes: a teórica, a da extensão da UCB e a da Cooperativa Reciclo*. Dialogos. Brasília
- Dias, J. (2012). *O Papel do Educador na Inclusão da Criança com Síndrome de Down no Jardim de Infância*. Escola Superior de Educação Almeida Garrett: Dissertação de Mestrado. Lisboa
- Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da Pesquisa Científica*. UEC: Fortaleza
- Giacomini, V. (2022). *A Inclusão da Criança Síndrome de Down na Escola Regular*. Rede RU: São Paulo
- Gonçalves, A. (2009). *O Sentido de Comunidade, o Apoio Social Percebido e a Satisfação com a Vida*. Universidade de Lisboa: Dissertação de Mestrado. Lisboa
- Henn, C. G., Piccinni, C. A., & Garcias, G. D. L. (2008). *A família no contexto da síndrome de down: revisando a literatura*. *Psicologia Em Estudo*, [Vol. 13, N. 3, P. 485-493]. Maringá
- Instituto de Gastroenterologia de São Paulo. (2022). *Síndrome de Down: a contribuição da sociedade para inclusão social*. IGESP. São Paulo

- Instituto Nacional de Estatística. (2017). *IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017: resultados definitivos*. INE. Maputo
- Instituto Nacional de Estatística. (2021). *Folheto Distrital de Kamavota 2021*. Instituto Nacional de Estatística. Maputo
- Instituto Neurosaber. (2020). *Síndrome de Down na escola: dicas e práticas de inclusão*. IN. Paraná
- Junior, G. A. F., & Messa, A. A. (2007). *Pais, Filhos E Deficiência: Estudos Sobre As Relações Familiares*. São Paulo
- King, N., & Brooks, J. (2018). *Análise temática em pesquisa organizacional*. SAGE. Londres
- L. F., & J. L. L., Vieira. (2009). *O Papel Da Família No Desenvolvimento Da Criança Com Síndrome De Down*. In: DÉA, Editora: Norte, São Paulo
- Lazzari, A. *et al.* (2016). *Comunidade: a busca de um conceito*. Espacios. São Paulo
- Luiz, F. (2012). *Inclusão de Crianças com Síndrome de Down*. *Psicologia em Estudo*, [v. 17, n. 4, p. 649-658]. Maringá
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2010). *Fundamentos de Metodologia Científica*. Atlas. São Paulo
- Minayo, M. (2009). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec. São Paulo
- Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (2020). *Estratégia da Educação Inclusiva e Desenvolvimento da Criança Com Deficiência 2020-2029*. MINEDH. Maputo
- Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (2020). *Plano Estratégico da Educação 2020-2029*. MINEDH. Maputo
- Movimento de Ação e Inovação Social (2012). *Inclusão de alunos com síndrome de Down no ensino fundamental*. MD. Rio de Janeiro
- Nogueira, M. A., Romanelli, G., & Zago, N. (2011). *Família & escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes, São Paulo

- Nogueira & Gelci. (2018). *Portadores de Síndrome de Down no contexto de Educação Especial com Abordagem sistemática entre Escola e Família*. O portal dos psicólogos. Psicologia.pt
- Oliveira., C. B. E; Araújo, M. & Maria, C. (2010). *A relação família escola: intersecções e desafios*. [v. 27, n. 1, p. 99-10]: Estudos de Psicologia. Campinas
- OMS. (2010). *Chapter V: mental retardation (F70-F79). The ICD10. Classification of mental and behavioural disorders*. edition. 10th revision. USA
- Pardal, L., & Lopes, E. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Editores: Areal.
- Pessoa, A., & Timbó, R. (2018). *Inclusão com Síndrome de Down e as Práticas Pedagógicas na Educação Infantil*. Faculdade Plus. Rio de Janeiro
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 2^a ed: Gravita, Lisboa
- Richler, D. (2019). *Inclusão Social: Desenvolvimento*, Lisboa
- Sampaio, R., & Lycarião, D. (2021). *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação: ENAP*, Brasília
- Santos, M. et al. (2022). *As Condições da Inclusão de alunos com Síndrome de Down na Escola Regular: uma Revisão da Literatura: BJD*, Curitiba
- Voivodic., & Maria Antonieta M. A. (2008). *Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down*. Petrópolis, [5 ed: Vozes]. Rio de Janeiro
- Vygotsky, L. S., Luria, A. R., & Leontiev, A. N. (1988). *Linguagem, Desenvolvimento E Aprendizagem*. 5 Ed. Trad. Maria Da Penha Villalobos: Ícone. São Paulo

ANEXOS

Anexo A- Credencial de pedido de autorização para a recolha de dados apresentada a Administração de KaMavota- Cidade de Maputo

**Faculdade de Educação**

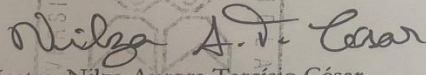
Ao
Círculo do Bairro Ferroviário (Q59)
Maputo


N/Ref^o *582* /FACED/23 Maputo, 23 de Maio de 2023

CREDENCIAL

Para efeitos de realização da Monografia do final do curso na Vossa Instituição, está devidamente credenciada **Tatiana Laura Zulu Magaia**, estudante finalista do curso de Licenciatura em Psicologia Escolar e das Necessidades Educativas Especiais na FACED/UEM, para proceder a recolha de dados com objectivo de elaborar sua Monografia intitulada " **O Papel da Comunidade no Processo de Inclusão de Crianças com Síndrome de down no ensino Primário (exemplo, Bairro Ferroviário)**".


Cordiais Saudações

A Directora-Adjunta para a Graduação

Mestre. Nilza Aurora Tarcísio César
(Assistente Universitária)



Av. Julius Nyerere, nº 3453, Campus Principal, Tel.: (+258) 21 493313, Fax.: (+258) 21 493313
Maputo – Moçambique

Anexo B- Credencial de pedido de autorização para a recolha de dados apresentada à Secretaria do Bairro de Ferroviário


MUNICÍPIO DE MAPUTO
CONSELHO MUNICIPAL DE MAPUTO
ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO MUNICIPAL KAMAVOTA
Departamento de Administração, Recursos Humanos e Finanças

Seabo
16/6/23

A
Secretaria do Bairro Ferroviário

MAPUTO


Nossa referência
2074 IADMKMV/DARHF/2023/Cod.Class.024.1

Data
01/06/2023

Assunto: Pedido de Recolha de Dados

Único: Segue-se apresentar à Secretaria do Bairro Ferroviário, a Senhora **Tatiana Laura Zulu Magaia**, estudante do curso de Licenciatura em Psicologia Escolar e das necessidades educativas especiais, na Universidade Eduardo Mondlane – Faculdade de Educação, afim de recolher dados com o objectivo de elaborar sua monografia intitulada “O Papel da Comunidade no Processo de Inclusão de Crianças com Síndrome de down no ensino primário (exemplo, Bairro de Ferroviário)”.

Sem mais de momento, endereçamos as nossas cordiais saudações.


Pedro Domingos Nhabamba
Téc. Sup. N.º 1

Administração do Distrito Municipal KaMavota – Rua da Beira - N° 688 – Telef: 258623363298

APÊNDICE

Apêndice A – **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dirigido aos pais/encarregados de educação das crianças com Síndrome de Down no Bairro Ferroviário**

Termo de consentimento livre e esclarecimento

É convidado a participar de uma pesquisa sobre o papel da comunidade no processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down no Ensino Primário no Bairro Ferroviário. Que faz parte do trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Psicologia Escolar e de Necessidades Educativas Especiais, tem como objectivo analisar o papel da comunidade no processo de inclusão de crianças com Síndrome de Down no Ensino Primário no Bairro Ferroviário. Espera-se que o estudo contribua para divulgação de informação para pais com filhos com SD logo apos a nascença, capacitação de professores em escolas regulares bem como e apoio no percurso académico destas crianças por parte do governo. A sua colaboração será de muita importância, no entanto, se desejar terminar a qualquer momento, poderá faze-lo. Esta pesquisa não constitui nenhuns riscos para si ou ao seu filho.

No acto da entrevista, a conversa será gravada de modo a permitir que a pesquisadora preste mais atenção à conversa. Os dados obtidos durante a pesquisa serão mantidos em sigilo pela pesquisadora, assegurando ao participante a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

Durante a realização da pesquisa, serão obtidas as assinaturas dos participantes da pesquisa e caso o participante desejar, poderá pessoalmente, ou por meio de telefone, entrar em contato com a pesquisadora para tomar conhecimento dos resultados desta pesquisa.

Recebi explicações claras sobre a pesquisa e concordo em participar na condição de que, a pesquisadora responderá, em qualquer etapa da pesquisa, as minhas perguntas, até que eu compreenda e que estou livre para desistir da participação a qualquer momento.

Assinatura do participante, Pai ou Encarregado de Educação

Maputo, _____ de _____ de _____.

Apêndice B- **Guião de entrevista**

GUIÃO DE ENTREVISTA- ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PAIS OU ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Código_____Nível académico_____profissão_____Idade_____

1. Como é viver com uma criança com Síndrome de Down?
2. Fale da sua experiência como Pai ou encarregado de educação de uma criança com Síndrome de Down?
3. Quais são os desafios que enfrentou para incluir a sua criança na escola?
4. Que actividades de recreação o senhor (a) oferece a sua crianças?
5. Quem tem acompanhado a criança a Escola e como tem sido essa experiência?